

1 Ata da Reunião Plenária Ordinária de Nº311 do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 09 de Agosto de 2023, às 19h30 no  
2 Auditório do Paço Municipal, com a participação dos seguintes membros: no Segmento Gestores Srs. (as) Moacir Paludetto Junior –  
3 Titular – SEMUS e Elizabeth Fernandes Penha – Titular – SEMUS; Segmento de Prestadores, Sra. Samanta Priscila Nagy – Suplente -  
4 HONPAR; no Segmento de Trabalhadores, Srs. Eucir Antônio Zanatta – Titular – SindSaúde e Renata Aparecida Candido da Silva –  
5 Titular – COREN; Segmento de Usuários, Srs (as) Salvador Carvalho dos Santos – Suplente - ONG Olho D' Água, Roseli Martauro  
6 Marinho – Titular – APDA, Gerson Pizzo – Suplente – APDA, Durvalino de Almeida Filho – Titular – Pastoral da Criança, Iyálòrísá Joilda  
7 Pereira de Jesus – Titular – Entidade Religiosa Ilé Àse Ti Tòbi Iyá Àfin Òsùn Alákétu e Maria de Fátima Greggo – Titular – UAMMA,  
8 contando com a presença da observadora, Sra. Patricia Cristina da Pastoral da Criança. Após a verificação da obtenção de quórum  
9 pelo Presidente Zanatta, feita por contagem numeral, identificando o total de presença de 10 (dez) Conselheiros, dá início a Plenária de  
10 Nº311, citando portanto o **1º Ponto de Pauta** – Aprovação da Ata Nº310 – Reunião Plenária Ordinária – realizada em 21 de junho de  
11 2023, questiona se há algum apontamento sobre a Ata e não havendo a mesma é considerada aprovada por unanimidade. Faz  
12 referência ao **2º Ponto de Pauta \_ Informes – Item 01 – Ofícios Encaminhados**, Nº 16/2023 – 16ª Regional de Saúde – Comunicado  
13 a direção sobre as manifestações e posicionamento do profissional da SESA, diante da XIII Conferência Municipal de Saúde de  
14 Arapongas; sobre esse assunto comunica que fez a entrega de ofício pessoalmente, para que não houvesse constrangimento de si  
15 próprio, por serem colegas de trabalho da mesma empresa, Secretaria de Estado, que não levaria para fins de currículo de ninguém,  
16 sendo uma manifestação de desagrado do grupo, que participou da Plenária de Conferência do Município, dentro de um dos grupos de  
17 debate, assim como da Plenária como um todo do Conselho, pelos depoimentos até das pessoas que estiveram envolvidas. Afirmando  
18 ainda que serviu apenas de comunicação para o chefe da Regional, mas nenhum peso a título de currículo da pessoa. Cita Nº 17/2023  
19 – 16ª Regional de Saúde – Comunicação do acompanhamento as ações de serviços realizados junto a área de Controle de Endemias  
20 no 1º Semestre de 2023; Nº18/2023 – Secretaria Municipal de Saúde – Solicitação de mobiliários para a sala do CMS, armários para  
21 arquivo e cadeiras de escritório; Nº19/2023 – Secretaria Municipal de Saúde – Indicação do Conselho de Saúde para integrar junto ao  
22 Comitê Municipal de Mortalidade Materna Infantil, a Sra. Tânia Cristina Miquelin; sobre esse assunto comenta que a opção de  
23 indicação da Mesa sobre a pessoa da Sra. Tânia é também pelo fato que o Convênio do Município que substabelece com a Santa  
24 Casa é para a área Materno Infantil, afirmando que conversou com a Coordenação do Comitê citado se haveria algum inconveniente,  
25 mas que teve como resposta que não haveria, sendo então a indicação para que esta possa participar das reuniões do Comitê, uma  
26 vez que a própria Santa Casa já faz parte deste. Cita ofício Nº20/2023 – 16ª Regional de Saúde – Em resposta ao Ofício Circular  
27 Nº231/2023, informações sobre a nova composição do Conselho e Secretaria Executiva; sobre esse assunto comenta que há o  
28 incremento da suplência pelo seu próprio Sindicato, também pela suplência do SindMed, representado pelo Conselheiro Alecsandro e  
29 uma indicação de suplência do Sindicato de Trabalhadores Rurais, Conselheiro Marcos Antonio, que já ficou acertado em Plenária do  
30 convite ao representante do SIMA – Sindicato das Indústrias de Móveis de Arapongas -PR, se eventualmente não houver aceitação,  
31 será feito convite para ACIA – Associação Comercial e Empresarial de Arapongas, para envolver alguém da área comercial de  
32 Arapongas. Ato contínuo, o Presidente Zanatta faz referência ao **Item 02 – Ofícios Recebidos**: Nº026/2023 – Ministério Público –  
33 Comunicação sobre a Correição Ordinária, nas Promotorias de Justiça da Comarca de Arapongas, pela Corregedoria Geral do  
34 Ministério Público do Estado do Paraná nos dias 22 e 23 de agosto de 2023; sobre esse assunto informa que verificará se irá algum  
35 representante do Conselho para que possam estar presente. Nº 31/05/2023 – HUMANIZA – Relatórios Assistenciais da Unidade de  
36 Pronto Atendimento Alberto Esper Kallas – 24h, referente aos meses de abril, maio e junho. A Conselheira Iyálòrísá Joilda expõe ao  
37 Presidente Zanatta que para essas atividades dos dias 22 e 23, se houver a possibilidade tem interesse em participar, deixando então  
38 seu interesse anunciado para toda a Plenária e para a Mesa Diretiva. Com a retomada de Pauta o Presidente Zanatta informa que  
39 houve reunião da Mesa Diretiva na semana que passou, para dar alguns andamentos de propostas de trabalho, composta por este, o  
40 Secretário Moacir e os Conselheiros (a) Marcos e Alzira, 1º e 2º Secretários (a), frisando que o Conselheiro Marcos não pode estar  
41 presente na Plenária por estar em viagem a Brasília e a Conselheira Alzira participaria da reunião, porém chegou alguém em sua casa,  
42 não sendo possível se desvencilhar. Informa que será montando uma Comissão, para que possam fazer uma avaliação dos Relatórios  
43 da Humaniza, justificando que estes tem apenas os relatórios que estão repassando, não se atendo a apresentá-los, que então será  
44 feito um GT ou uma Comissão Temporária, para que possam pegar os Relatórios da Humaniza ao longo de 06 meses, para poder ter  
45 alguma análise, trazendo como retorno ao Plenário do Conselho. Afirma que os relatórios estão sendo encaminhado a todos por e-mail  
46 com informações de custo x produto x benefício, estando a disposição na íntegra na Sala do Conselho. Cita o ofício Nº231/2023 – 16ª  
47 Regional de Saúde – Ofício Circular, com solicitação de informações referente a lista de Conselheiras, diante da nova composição e da  
48 Secretaria Executiva do CMS. Cita Memorando Nº212/2023 – 16ª RS – Contagem de leitos para cumprimento de item de avaliação do  
49 Programa HOSPSUS Fase I – HONPAR; Memorando Nº213/2023 – 16ª RS – Contagem de leitos para cumprimento de item de  
50 avaliação do Programa HOSPSUS Fase I – Santa Casa de Arapongas; sobre esse assunto comenta que a Comissão de Avaliação de  
51 contratualização dos Hospitais é composta não paritariamente, pois no entendimento do Estado está sendo feita através do Gestor  
52 Estadual e Municipal, um Prestador e um representante de Usuário, não tendo a representação direta em tese do Segmento de  
53 Trabalhadores, mas sim pelo Gestor, mas que observam que o Usuário quando participa dessa avaliação de contratualização, fica um  
54 tanto quanto perdido, por não deter informação técnica e os números que estão, não espelham uma realidade que este vislumbre e  
55 que entenda. Comenta que desde quando entrou, se propôs quanto profissional da área de Saúde Pública e Membro do Conselho a  
56 estar acompanhando o Usuário nessas reuniões, que anteriormente estava a Conselheira Roseli como representante, que nesse  
57 mandado está o Conselheiro Antonio Martins, se dispondo da mesma forma, salientando que quando soube que teria essa visita aos  
58 hospitais, solicitou que o Conselheiro Antonio convocasse este para participar, o qual foram, tendo como um único ponto para ressaltar  
59 e alertar o Conselho, a observação que os hospitais estão com cadastro de leitos acima da capacidade, tendo então um relatório  
60 pronto, que em um momento adequado podem discutir. Menciona que obviamente pela responsabilidade que lhe cabe de não criar  
61 nenhum ato lesivo aos hospitais, mas que quando discutem sobre humanização dentro do Sistema de Atenção Hospitalar, precisam  
62 lembrar que em uma enfermaria que cabe 06 (seis), precisa ter 06 (seis), que não pode ter 08 (oito), (09) nove ou (10) dez, porque é a  
63 metragem que o Ministério da Saúde orienta, sendo o que cabe de fluxo de pessoas, que não é um salão que possa colocar 20 (vinte)  
64 camas, pois a restrição é de 06 (seis) leitos por ambiente, sendo fator limitante, frisando que nem enfermarias conjugadas pode ser  
65 acima disso, de 01 sanitário para 12 (doze) leitos, destacando que está falando de acesso ao sanitário. O Presidente Zanatta em  
66 continuidade comenta que encontraram uma enfermaria com metragem de 40m², que obviamente cabem 06 (seis) leitos, que estava  
67 com 09 (nove) leitos, sendo 50% acima da capacidade, que estava com 09 (nove) acompanhantes também, sendo então 18 (dezoito)  
68 pessoas, em uma área só, expondo que isso não é correto e que não pode acontecer, que podem então observar que estão falando de  
69 um momento que o hospital está lotado, não da adversidade do COVID, mas que estão com leitos tomados, salientando que os

70 hospitais não estão com a taxa de ocupação acima de 100, mas sim entre 40 e 60, que então se está com taxa de ocupação entre 40 e  
71 60 e tem várias enfermarias vazias, porque não deslocar esses pacientes para outro ambiente, onde fiquem melhor e mais  
72 adequadamente acomodados, destacando que isso sem fazer nenhuma compatibilidade de metragem x leitos x RH, pois não foram  
73 para observar isso, mas comenta que gostaria de deixar isso salientado para o Conselho, sendo nas duas Instituições. A Conselheira  
74 Iyálòrísá Joilda comenta dos andamentos que estão sendo feitos e questiona se serão trazidos, reportando-se para o Presidente  
75 Zanatta afirma que o mesmo fez um breve comentário, tendo como resposta que este tem o relatório que a Regional ofereceu, sendo  
76 pontuado pela Conselheira Iyálòrísá Joilda para que estes na Plenária tenham conhecimento, sugerindo encaminhamento por e-mail,  
77 com afirmação pelo Presidente Zanatta que será encaminhado o roteiro de inspeção, o qual fala o quantitativo de leitos que o hospital  
78 tem, ressaltando que para estes de forma geral, o que ficou contabilizado é que o Hospital Santa Casa ficou com 101 (cento e um)  
79 leitos existentes e 81 (oitenta e um) leitos SUS, sendo importante esse número de cem, para o hospital estar credenciado dentro do  
80 Sistema, contratualização, alto complexidade, UTI, precisa de 100 (cem) leitos. Comenta que a HONPAR tem 314 (trezentos e  
81 quatorze) leitos existente e 280 (duzentos e oitenta) SUS, afirmando que na visita anterior tinham 337 (trezentos e trinta e sete) leitos  
82 existentes e 309 (trezentos e nove) SUS, caindo então 29 (vinte e nove) leitos a menos do que na última vistoria para a Entidade  
83 HONPAR. Com a retomada de Pauta o Presidente Zanatta cita o **Item 03 – E-mail** - Setor de Controle de Endemias – Solicitação de  
84 resposta pelo CMS no monitoramento do Programa Municipal de Controle do Dengue, Chikungunya e Zika, cita **Item 04 – Relato** de  
85 visita de Comissão Municipal ao Hospital Psiquiátrico de Jandaia do Sul; sobre esse assunto comenta sobre o Comitê Intersetorial de  
86 Saúde Mental, que está sob Coordenação do Secretário Moacir e Coordenação Adjunta deste, onde houve solicitação que pudessem  
87 fazer uma visita ao CENTOS – Centro de Triagem e Obras e Sociais do Vale do Ivaí, conhecido e parceiro Hospital Psiquiátrico de  
88 Jandaia, onde estiveram a representante da APAE, a representante da HUMANIZA, a Secretária de Assistência Social do Município,  
89 onde foi feito convite para que pudessem estar presente, dado a dinâmica que estabelece também com a SEMAS, para com a área de  
90 Saúde Mental e as internações, feito convite para a Sra. Sandra Onofre, Diretora da Secretaria Municipal de Saúde, assim como este,  
91 onde saíram do local com uma impressão de muita satisfação e de respeito em relação ao que foi visto, sendo uma Instituição de  
92 grande porte, esplendidamente subestabelecida quanto estrutura física para atendimento daquela clientela, áreas muito bem  
93 desenvolvidas, conservadas e higienizadas e um serviço que notadamente já tem o manifesto de ser imprescindível ao Sistema  
94 Público de Saúde, dado a conformação deste de que não existe área para acolhimento necessário, adequado e tão bem estabelecido  
95 quanto o Hospital Psiquiátrico. Relata que essa luta que veem que existe, falando por si, da dita Reforma Sanitária desde a década de  
96 70, que hoje observam que radicalmente algumas pessoas não conseguem transigir pela discussão da existência do Hospital  
97 Psiquiátrico, que ela é altamente equivocada para a própria existência dos pacientes, justificando que há pacientes que não tem família  
98 para acolhê-los e que há família que não acolhe pacientes, que o discurso deste de que a sociedade tem que ser mais aberta, que  
99 esses pacientes tem que ser inseridos, está muito aquém da necessidade para se falar em fechar aquilo que já existe, sendo este seu  
100 pensamento, que o dia que estiverem estrutura para tal, com Comunidades Terapêuticas adequadas, que trabalhem pelo valor de  
101 honorário SUS, que não existe hoje, pois as Clínicas Terapêuticas em quase em sua totalidade são privadas, onde o paciente para  
102 estar, precisa pagar o valor de um salário mínimo, onde sabem que uma família que as vezes vive com dois salários, não tem como  
103 pagar um salário, para aquele um indivíduo ficar naquela Comunidade Terapêutica. O Conselheiro Durvalino expõe agradecimento,  
104 relatando que seu filho ficou durante 45 (quarenta e cinco) dias no Hospital Psiquiátrico de Jandaia, onde as pessoas falam que  
105 “hospital é para louco, mas o que viu é que tratam do ser humano como ser humano”, frisando que deveria ter mais desses hospitais.  
106 O Presidente Zanatta comenta que sabem que historicamente os manicômios eram realmente prisões, depósito de pacientes, mas é  
107 uma realidade que não é compatível para aquilo que se tem hoje, dentro daquele hospital, ao que o Conselheiro Durvalino destaca que  
108 o paciente sai com outra mente de lá, que percebem. O Presidente Zanatta salienta da equipe de profissionais altamente capacitada,  
109 acolhedora, que fazem isso para reafirmar a parceria que se tem e a necessidade de tê-los na comunidade de Arapongas. O Secretário  
110 Moacir complementa que muito se deve a estrutura da Gestão do Hospital, que procurou sempre profissionalizar e que o Sr. Campaner  
111 é uma das pessoas fundamentais para o Hospital estar na estrutura que hoje está, que sempre esteve próximo do Estado, buscando  
112 novos recursos e que então hoje Jandaia é uma referência no Estado nesse segmento específico ao que o Presidente Zanatta afirma  
113 que o Sr. Campaner é uma liderança dentro daquela Instituição. Comenta que levaram de Arapongas para a Conferência de Saúde  
114 Mental o propósito de validar a Instituição, porque Arapongas em sua Conferência se manifestou quanto ao apoio ao Hospital e que  
115 infelizmente tem notícia de que esse profissional, o Sr. Campaner, ao pedir a palavra dentro da Conferência Estadual, foi vaiado, sem  
116 ter um único indivíduo para defendê-lo, porque ele é diretor de um Hospital Psiquiátrico e que não existiu processo democrático e  
117 respeito dentro de uma Conferência de Saúde, diante da maioria dos presentes, daquela que é a consciência comum. A Conselheira  
118 Maria de Fátima menciona que tem conhecimento de lá, fazendo referência ao Hospital Psiquiátrico de Jandaia, salientando que o  
119 atendimento é muito bom, não sendo a questão da área psiquiátrica, mas do alcoolismo, ao que o Presidente Zanatta informa que o  
120 local não trata dependência química, mas o alcoolismo, sendo pontuado pela Conselheira Maria de Fátima que quando o paciente não  
121 quer a internação, existe uma barreira muito grande em questão de tempo, pois demora muito para a internação involuntária, sendo  
122 que esse ponto chega porque a família já não suporta mais a situação, não tendo para onde correr, frisa que acha que esse é um ponto  
123 principal e que a família do dependente alcoólatra deveria ter mais apoio, justificando que quando o paciente faz coisas inacreditáveis e  
124 a família não tem mais para onde correr e ela quer internar involuntário, tem que esperar de 30 a 45 dias para internar involuntário,  
125 destacando que voluntariamente de um dia para o outro o paciente está lá dentro, que então teria que ser ao contrário. O Presidente  
126 Zanatta complementa dizendo que o involuntário está em uma situação agudizada, pior, pois pode estar em crise de abstinência ou em  
127 estágio compulsivo de ingestão alcoólica, não tendo mais o domínio de seus atos, que quando um familiar ou responsável, quando  
128 ainda o encontram, ter que arbitrar por esse paciente e internar involuntariamente, ao que o Conselheiro Durvalino ressalta que a  
129 pessoa tem que querer, sendo respondido pelo Presidente Zanatta e pela Conselheira Maria de Fátima que é sem a pessoa querer,  
130 pois a família já não tem mais o que fazer, que o indivíduo é alcoólatra, querendo viver dessa forma, que se quebra ou não, se trabalha  
131 ou não, mas que está em um estágio que a família fala que há necessidade de internação, pois não há mais domínio de seus atos, não  
132 tem mais consciência e sua família de convívio tem que ditar se quer ou não que a pessoa seja internada, destacando que não pode  
133 ser um profissional de fora, para dizer da não internação, citando como exemplo um delegado ou juiz, mencionado que assim será o  
134 Estado em figura máxima exercendo o domínio sobre a vida do cidadão, o que não pode, pois quem tem que fazer isso é o próprio  
135 cidadão, a própria sociedade e que quando esse indivíduo não tem mais condições de arbitrar sobre a sua vida, a família por ele. A  
136 Conselheira Maria de Fátima frisa que nesse processo, o pedido vai para Curitiba para ser aprovado, depois tem que esperar uma  
137 vaga e depois tentar achar o indivíduo, quando este não está na residência, para internar involuntário, que é um trabalho que acha  
138 demorar demais, pois a família em si já está desgastada, ao que o Presidente Zanatta questiona a Conselheira Maria de Fátima, se

139 esta gostaria que vissem sobre esse aspecto da internação involuntária, tendo como resposta que é para diminuir o tempo, sendo  
140 pontuado pela Conselheira Elizabeth que a resposta não depende destes, mas do Ministério Público, que não tem como interferir, com  
141 fala do Presidente Zanatta que sim, mas levar essa angústia externada do Conselho ao conhecimento do Ministério, não arbitrando,  
142 mas levar o questionamento. A Conselheira Elizabeth afirma que o involuntário é demorado mesmo, sendo novamente exposto pela  
143 Conselheira Maria de Fátima que é demais, que a família já não tem mais o que fazer e ainda tem que esperar de 30 a 45 dias, para  
144 conseguir internar, a Conselheira Elizabeth então diz que o involuntário o juiz fica responsável por aquele paciente, com  
145 questionamento do Presidente Zanatta se no internamento involuntário com a família assinando, não fica esta responsável pelo  
146 paciente, tendo como resposta que não, mas sim o juiz. A Conselheira Maria de Fátima comenta que se o paciente quer a internação,  
147 pode ir hoje, passar pelo processo com a assistente social e no outro dia já estará internado, relatando ser por experiência própria, mas  
148 se for tentar internar a pessoa contra a sua vontade, é feito um pedido, mandado para Curitiba, tendo que aguardar aprovação, depois  
149 aguardar abrir um leito, para você conseguir levar a pessoa, destacando ser muito tempo, pois a pessoa já surtou, fez barbaridades,  
150 que estes não tem noção do que a família vive nesse caso, pois o familiar perde a estrutura, por não encontrar a solução. A  
151 Conselheira Iyálòrsá Joilda comenta que no início foi colocado que foi criado um ofício para a 16ª Regional de Saúde por conta do  
152 pronunciamento do servidor Benedito, que no momento que este se pronunciou foi exatamente em que esta como Delegada, sendo  
153 representada pelo Segmento de Usuários, tentava colocar as propostas da Conferência Livre de Saúde da População Negra, não lhe  
154 sendo permitido, que então no momento que o Sr. Benedito se pronunciou foi um pedido de democracia, de respeito com a fala desta,  
155 sendo respondido pelo Presidente Zanatta que não foi. Que a mesma está colocando um prisma próprio, particular, um fato novo, mas  
156 que este não tem nada a ver com o relatado através do referido ofício. A Conselheira Iyálòrsá Joilda diz que presenciou do servidor  
157 Benedito, uma fala deste na Conferência Municipal de Saúde, onde ela tentava fazer as colocações das propostas da Conferência  
158 Livre da Saúde da População Negra, que aconteceu em seu Terreiro e que não sabe se este ofício, o qual se refere a pessoa dele faz  
159 referência a este fato, sendo reafirmado pelo Presidente Zanatta que não. A Conselheira Iyálòrsá Joilda segue dizendo reportando-se  
160 para o Presidente Zanatta que acredita que uma boa gestão é quando se ouve, que quer apenas fazer uma colocação de outro fato e  
161 onde o mesmo traz a questão da 5ª Conferência Estadual de Saúde Mental e onde o representante do Hospital de Jandaia foi vaiado e  
162 que ninguém se pronunciou, que então só gostaria de saber o motivo e o que foi que o servidor Sr. Benedito fez dentro da Conferência  
163 Municipal. O Presidente Zanatta pede para que a mesma se aproprie das Atas, sendo pontuado pela Conselheira Iyálòrsá Joilda que  
164 está fazendo um pedido, que se for preciso então fará a solicitação de forma oficial, que não se desgastará em reunião, para realmente  
165 saber do fato exato, que faz lembrança de um fato, de seu pedido de fala, que não está para brigar com ninguém, que só está  
166 exercendo um pedido, porque o mesmo frisou a questão de que dentre 800 Delegados, ninguém defendeu o Sr. Campaner, ao que o  
167 Presidente Zanatta expõe que não tem nada haver uma coisa com a outra e indaga a Conselheira Iyálòrsá Joilda do que tem haver a  
168 pauta do Sr. Benedito, com a questão que a mesma está levantando sobre a Conferência de Saúde Mental, recebendo resposta que só  
169 está querendo entender o motivo do ofício. O Presidente Zanatta em continuidade diz que à esclarecerá então, que apesar que lhe  
170 cause desgaste, já o que a mesma não quer para si. A Conselheira Iyálòrsá Joilda diz que está apenas querendo ter um  
171 esclarecimento e que depois fará um comunicado da mudança da data da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental. O Presidente  
172 Zanatta diz reportando-se para a Conselheira Iyálòrsá Joilda que lhe causa desgaste porque a mesma participou das reuniões onde  
173 essa Pauta foi discutida, que estão nas Atas, que não lhe cabe agora, neste momento, reportar para esta sobre as questões que  
174 envolveram a participação do Sr. Benedito na Conferência Municipal de Arapongas, pois que se está tomando tempo útil nesta reunião,  
175 salientando que a mesma já participou, já discutiu, tendo já as Atas nas mãos e que então tudo o que esta quer, está na Ata, que o  
176 ofício que a mesma pede, poderá ser encaminhado cópia, mas que dará cópia de forma sigilosa, pois é um documento de um  
177 funcionário da SESA, entregue em mão aos seu hierárquico superior, que é da Regional e que estão discutindo aqui, referindo se ao  
178 Conselho, que quando a mesma diz que não é nada pessoal, afirma que é pessoal por parte desta, porque notadamente está  
179 querendo fazer e exercer a sua defesa ao Benedito. Cita inclusive que todos sabem que a Conselheira é uma pessoa inteligente, mas  
180 que cruza uma informação com outra, como que se fosse confundir, mas que não se confundem, pois o fato do funcionário da 16ª  
181 Regional foi um e que o fato do Sr. Campaner, o qual foi ovacionado negativamente em uma Conferência, onde não teve ninguém que  
182 o defendeu, inclusive os nossos Conselheiros presentes e que sabiam da carta de intenção definida em nossa Conferência Municipal,  
183 em defesa do Hospital Psiquiátrico. Que então não se cruzam as duas informações, nem cronologicamente, nem em relação aos seus  
184 atores, que então a Conselheira confundem as informações e quer que este Plenário releve, salientando que não pode fazê-lo. Que por  
185 fim a defesa da Conselheira é um árbitro próprio e que a mesma já o fez, e está sendo dito pela mesma de um momento onde “eu não  
186 ouvi”, que então o “eu não ouvi”, passa a ser mais importante do que o “eu coletivo” onde todo mundo ouviu. Então reitera que o “eu”  
187 desta, não é mais importante do que o coletivo e que quando a mesma falou “eu não vou assinar”, foi registrado em Ata, que então não  
188 tem que repetir tudo novamente para atender ao seu preciosismo, pois já foi feito e que a mesma decidiu não assinar, sabendo que  
189 todo o coletivo em Plenária já obteve as informações sobre os atributos da fala do Sr. Benedito, que então se esta quer os documentos,  
190 que leia as Atas. A Conselheira Iyálòrsá Joilda diz que não assinou, porque não presenciou, sendo respondido pelo Presidente que  
191 todos os demais presentes aqui hoje também não presenciaram o que a mesma está falando sobre si. A Conselheira Iyálòrsá diz que  
192 como não presenciou a consciência desta lhe diz que não deve assinar, que o mesmo como Presidente já esclareceu que a mesma  
193 pode solicitar o documento oficialmente, é o que fará para o Conselho, afirma, sem nenhum desgaste, sendo com certeza sem  
194 nenhuma questão pessoal, mas por esclarecimento, aproveitando para dizer que houve uma mudança, que a Resolução N°716 do  
195 Conselho Nacional de Saúde, alterou a data da 5ª Conferência Nacional de Saúde, para os dias 27, 28, 29 e 30 de novembro,  
196 justificando que está trazendo essas informações porque é Delegada titular para participar da 5ª Conferência Nacional de Saúde, que  
197 está ouvindo as demandas de todos os Conselheiros(as), que esse é o papel destes de Controle Social, de ouvir e levar, para fazer a  
198 defesa, ao que o Presidente Zanatta diz que está bom, pedido para ser sem demagogia, ao que a Conselheira Iyálòrsá Joilda diz para  
199 lhe respeitar, porque o está respeitando, que se este está dizendo que a mesma está com demagogia, terá que fazer infelizmente,  
200 oficialmente um pedido que o mesmo se retrate-se, tendo como resposta pelo Presidente Zanatta que estes também, referindo-se que  
201 a está respeitando, informando que a mesma reitera coisas que estes já sabem, que é isto que está falando, sendo novamente  
202 pontuado pela Conselheira que não está o chamando de demagógico, que está pedindo um esclarecimento que é seu direito enquanto  
203 Conselheira e representante do Controle Social, frisando que mantenha-se o respeito, tendo como resposta pelo Presidente Zanatta,  
204 que estes à ouviram. Ato contínuo é citado pelo Presidente Zanatta o **3º Ponto de Pauta \_ Aprovação das seguintes Resoluções:**  
205 Protocolo N° 19.920.375-4 – Resolução N°860/2022 – Aquisição de Kit de equipamentos para a Saúde da Família, no valor de  
206 R\$240.000,00; Protocolo N° 19.920.405-0 – Resolução N°860/2022 - Aquisição de Kit de equipamentos para a Saúde da Família, no  
207 valor de R\$240.000,00; Protocolo N° 19.920.389-4 – Resolução N°860/2022 - Aquisição de Kit de equipamentos para a Saúde da



208 Família, no valor de R\$240.000,00; Protocolo Nº 19.920.421-1 – Resolução Nº860/2022 - Aquisição de Kit de equipamentos para a  
209 Saúde da Família, no valor de R\$ 180.000,00; Protocolo Nº 19.917.175 - 5 – Resolução Nº860/2022 – Aquisição de Kit de  
210 equipamentos para Saúde Bucal, no valor de R\$ 250.000,00; Protocolo Nº 19.917.201 - 8 – Resolução Nº860/2022 – Aquisição de Kit de  
211 equipamentos para Saúde Bucal, no valor de R\$ 200.000,00; Protocolo Nº 20.400.301-7 - Resolução Nº506/2023 – Aquisição de 01  
212 Ambulância de Suporte Básico, no valor de R\$ 250.000,00; Protocolo Nº20.400.404-1 – Resolução Nº506/2023 – Aquisição de 01  
213 veículo básico, no valor de R\$65.000,00; sobre esse assunto o Secretário Moacir esclarece que todas as Resoluções são articuladas  
214 com o Estado, o qual conseguiram avançar em muitas pautas, referente a equipamentos, Unidades de Saúde e reformas de Unidades,  
215 destacando que são Resoluções que obrigatoriamente tem que passar pelo Conselho para que possam dar continuidade, que é uma  
216 afirmação do próprio Estado que esse recurso virá desde que siga todos os passos necessários, não significando que quando se  
217 publica uma Resolução desta, o recurso já está na conta, salientando ainda que quase 100% das Resoluções é para a Atenção  
218 Primária, em relação ao Estado para investimentos de aquisição de equipamentos dentro da área de Atenção Básica, que é a  
219 Estratégia de Saúde da Família, sendo detalhado especificamente nos anexos dos kits de equipamentos, citando como exemplo a  
220 Resolução Nº860/2022, frisando que poucos são os Estados que tem uma pauta específica para a Saúde Bucal, que foram citadas  
221 diversas Unidades, mas que podem ser ampliado e mudado no decorrer do processo. O Secretário Moacir ressalta ainda que foram  
222 contemplados com duas Resoluções de kits, sendo esses odontológico no valor de R\$ 25 mil (vinte e cinco mil reais), sendo para cada  
223 Unidade de Estratégia de Saúde da Família que possui a Saúde Bucal, que é por isso que foram contemplados com 18 (dezoito),  
224 sendo um no total de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), com 10 (dez) kits, e outra com 08 (oito) kits totalizando R\$  
225 200.000,00 (duzentos mil reais), para as 18 (dezoito) Equipes de Estratégia de Saúde da Família, foram contemplados com R\$450 mil  
226 (quatrocentos e cinquenta mil reais), que possibilitará a renovação e compra de novos equipamentos para a Saúde Bucal do Município,  
227 envolvendo cadeira odontológica, raio-X, aparelho de ultrassom odontológico e diversos equipamentos periféricos, como o  
228 fotopolimerizador, utilizado para restauração de dentes, frisando que todos esses equipamentos necessários, nas Resoluções acabam  
229 detalhando. Comenta que o Estado tem buscado investir mais nos Municípios, que a obrigação deles, eles tem feito, que os Municípios  
230 tem feito mais que os 15% obrigatório por lei, sendo investido de 27% a 28% dos recursos arrecadados com os impostos, acreditando  
231 que não deixa de ser uma vitória, porque isso também é um papel dos Gestores, não só da população geral que demanda esse tipo de  
232 equipamento, mas os Gestores como um todo de fazer com que os recursos sejam destinados específico para a Saúde Bucal,  
233 esclarecendo também que os recursos vem em um “bolo” geral e aquele Gestor que não está atento nesta área acaba priorizando  
234 outras, que quando vem específico para a Saúde Bucal, potencializa. Informa sobre as 03 novas Unidades Básica de Saúde, que já foi  
235 falado, ressaltando que por enquanto a terceira UBS tem uma forte tendência de ser a UBS Campinho, sendo então UBS Alto da Boa  
236 Vista a primeira, segunda UBS Guadalupe e a terceira que seja a UBS Campinho, que todas elas serão da mesma forma, contando  
237 com a equipe de Saúde Bucal, não sendo apenas por militar nessa área, mas de inserir a Saúde Bucal nesse contexto macro e  
238 fundamental na Estratégia de Saúde da Família, informando que a UBS Ulisses será inaugurada daqui a dois ou três meses. O  
239 Presidente Zanatta expõe que diante da Resolução Nº860/2022, há dois Protocolos, os de Nº 19.917.175 - 5 e Nº19.917.201 - 8 para  
240 Saúde Bucal, assim como mais quatro Protocolos da mesma Resolução Nº860/2022, os de Nº 19.920.375-4, Nº 19.920.405-0, Nº  
241 19.920.389-4, Nº 19.920.421-1, para a Aquisição de Kit de equipamentos para a Saúde da Família, que envolve o mobiliário, citando  
242 que diante da Resolução Nº506/2023, há dois Protocolos, sendo Nº 20.400.301-7, no valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil  
243 reais) para 01 (uma) Ambulância de Suporte Básico e outro de Nº20.400.404-1, no valor de R\$65.000,00 (sessenta e cinco mil reais),  
244 para aquisição de 01 (um) veículo básico, ressaltando que necessitará da complementariedade do Município. O Secretário Moacir faz  
245 lembrança que ao final de 2022 tiveram uma Resolução para aquisição de mais 16 (dezesesseis) veículos, sendo este o 17º,  
246 dependendo sempre da contrapartida do Município, salientando que hoje não se compra mais carro 0 km por R\$65.000,00 (sessenta e  
247 cinco mil reais), que estão comprando conforme o orçamento do Município, expondo que farão uma Ata de registro de preço, para que  
248 possam dentro de um ano poder atingir. O Presidente Zanatta questiona ao Plenário sobre a aprovação das Resoluções apresentadas,  
249 sendo estas aprovadas por unanimidade. O Conselheiro Durvalino questiona se terminando a construção da UBS Ulisses, se já  
250 começarão a do Alto da Boa Vista, tendo como resposta que está em trânsito, sendo que já foi feito a Resolução, feito o estudo de  
251 viabilidade técnica, o qual foi encaminhado para o Estado, junto com as outras documentações como matrícula de terreno, sendo toda  
252 a parte burocrática, que assim que repassarem a primeira parte, que é 10% do valor de R\$ 1 milhão, que é R\$ 100.000,00 (cem mil  
253 reais), será dado a condição de começar o processo licitatório, sendo que as próximas parcelas serão feitas conforme a obra vai sendo  
254 construída, que a intenção destes do Município é licitar as três juntas, referindo-se as UBS, justificando ser pela chance de economizar  
255 ser alta, que estão vendo esse suporte com o Prefeito para que entre outubro, novembro essas obras já estejam licitadas, para ser  
256 iniciado a obra logo após o processo licitatório, frisando que nesses não tem dado muito problema como para equipamentos, onde se  
257 questiona a qualidade, que a obra é aquele valor do termo de referência, das normas técnicas vigentes, não tendo muito segredo. A  
258 Conselheira Iyálórisá Joilda pergunta se dessas Resoluções que o Município recebeu as Unidades Básicas de Saúde Palmares, Alto  
259 da Boa Vista serão contempladas, pois não receberam o relatório de quais Unidades Básicas, tendo como resposta que a tela  
260 apresentada é da Resolução específica da Saúde Bucal, que outros não, que essa discricionariedade é para contemplar conforme a  
261 necessidade do Município, citando como exemplo a UBS Palmares, dizendo que sabem que quando foi inaugurada praticamente como  
262 móveis existentes por não ter licitação vigente, assim como Petrópolis, Padre Chico, afirmando que desde cadeiras, mobiliários,  
263 contemplarão as 30 (trinta equipes), de uma forma ou de outra, dando prioridade para UBS que as vezes tem alguma maca  
264 enferrujada, ressaltando que essa novas há uma chance muito grande para que todos esses equipamentos, o mobiliários sejam novos,  
265 assim como estão conseguindo fazer com praticamente todos os móveis do Ulisses, que é uma licitação que estes já tem vigente. O  
266 Secretário Moacir explica que se tem o recurso para o Município e se cai na conta, conseguindo fazer a licitação com todos eles juntos,  
267 há uma chance muito grande de comprar para todas de uma vez só, se não “faltam pernas”, justificando que a contrapartida para  
268 mobiliário é enorme. A Conselheira Iyálórisá Joilda indaga o prazo aproximado após o processo licitatório que foi colocado, para a  
269 construção das Unidades Básicas de Saúde, ao que o Secretário Moacir faz lembrança que a construção do Ulisses está entre dez,  
270 onze meses, sendo diferente do CAPS Infantil, frisando que para constar em Ata, que até o momento o Município não recebeu o  
271 recurso, a contrapartida pelo Ministério da Saúde, mencionando que já começaram a construção, estando na metade, que todo o  
272 recurso que é a contrapartida do Município de mais de R\$ 1 milhão já foi executado, ressaltando novamente que não receberam o  
273 recurso do Ministério. Relata que tem o registro dos ofícios, e-mails, ligações e dos Deputados envolvidos, que terão representantes do  
274 Município que irão para a Brasília entre outras pautas, dentre elas essa cobrança do Ministério, explicando que todas as etapas  
275 preparatórias no sistema já foram superadas, não falando apenas da transição de Governo, pois o processo está com morosidade  
276 desde agosto do ano passado, mencionando que conseguiram solucionar os problemas esse ano, de ordem técnica do sistema,

277 citando exemplo de modelo de ofício que haviam mandado, que era outro, não tendo nada haver com a obra em si, mas que o sistema  
278 não estava aberto para que pudessem inserir e anexar esses modelos, sendo que nisso já foram 06 meses, que corre risco sim da  
279 obra parar, porque todos os recursos do Município já foram executados, que até agora o recurso do Ministério não veio, que é isso que  
280 estes tem tentado convencer o Ministério para dar celeridade nesse repasse de R\$1.480.000,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta mil  
281 reais), que estão dependendo disso para concluir essa obra, sendo a expectativa é que até o final do ano possam estar inaugurando.  
282 Ato contínuo, o Presidente Zanatta reporta-se a Conselheira Iylórisá Joilda, fazendo a leitura do ofício Nº 16/2023 – 16ª Regional de  
283 Saúde, informando que tem duas Atas diferentes, para ser tomado ciência das condutas do Sr. Benedito Bento, fazendo lembrança que  
284 há 03 anos atrás o Conselho faria uma carta de desagravo, porque o Sr. Benedito Bento que ocupava o cargo de Coordenador da área  
285 de Conselhos de Controle Social, a qual hoje é a Sra. Ednalva, ele simplesmente suprimiu toda a Conferência de Arapongas e não  
286 mandou para a Conferência Estadual, não sendo encaminhado nada por estes naquela época, sendo só para esta estar lembrada, que  
287 daquela vez era pior, por ser mais devasto para o Conselho naquela ocasião, do que simplesmente um comentário chulo, de que  
288 Arapongas não tem Saúde, que foi o que aconteceu perante as profissionais da Epidemiologia, não estando este testemunha também,  
289 não sendo porque não estava que o ato não existiu. O Presidente Zanatta em prosseguimento solicita a retirada do **4º Ponto de**  
290 **Pauta– Reestruturação das Comissões;** uma vez que está presente somente 10 (dez) membros, sendo que a grande maioria dos  
291 Usuários não está presente, fazendo a contagem numeral, totalizando 05 (cinco); comunica que fizeram a reunião da Mesa, sendo feita  
292 a conformação sugerindo a reestruturação das Comissões, sendo na maioria mantendo as pessoas que faziam parte, sendo feito  
293 também contato com os Segmentos, Gestor, Trabalhador e Prestador, por questão de redistribuir a função da questão técnica dentro  
294 das Comissões, sendo que conversaram com as Conselheiras Márcia, Heloísa, Tânia, explicando para a Conselheira Samanta que a  
295 mesma e a Conselheira Márcia ficaria na Comissão de Finanças e as Conselheiras Heloísa ou Tânia na Comissão de Fiscalização,  
296 que então a única coisa que a Conselheira Márcia fez foi o pedido de manter na Comissão de Fiscalização e a Santa Casa na  
297 Comissão de Finanças, justificando que a mesma queixa acontece com os dois Prestadores, como são uma advogada e uma  
298 enfermeira na Santa Casa e duas enfermeiras na HONPAR, há uma dificuldade de pensar que fará parte na área de finanças, mas que  
299 essa Comissão de Finanças é para que se apropriem das informações quanto a Rede Mãe Paranaense, a Rede Mãe Araponguense,  
300 maternidade e infância, que é a primeira instrução que já haviam dado, querendo ver se continuam seguindo os passos das  
301 orientações que já haviam sido feitas para as outras comissões, depois estreitando mais sobre as contratualizações dos hospitais, que  
302 essa é a função financeira, sendo a relação custo x benefício. Comenta que o Conselheiro Antonio Magro não quer participar e  
303 questiona a Conselheira Iylórisá Joilda se a mesma tem interesse em permanecer na Comissão de Finanças, tendo como resposta  
304 que não, afirmando que fará por escrito, sendo pontuado pelo Presidente Zanatta dos Conselheiros que se dispôs a participar, Srs (as)  
305 Durvalino, Salvador, Renata, Samanta, sendo informado pela Conselheira Fátima que não teria condições, contando também com os  
306 Conselheiros (as) que se dispuseram Roseli, Elizabeth, expondo que estão assumindo a postura que a Mesa excetuando se agora pela  
307 ausência da Conselheira Iylórisá Joilda e talvez pela do Conselheiro Antonio Magro, de reverem essa posição, afirmando que a Mesa  
308 não quer participar das Comissões, sendo este Presidente, o Secretário Moacir, Vice Presidente, o 1º e 2º Secretário (a) ficarão fora  
309 das Comissões, pelo menos nas duas principais comissões, que é Finanças e Fiscalização, que a Comissão então andar por si,  
310 logicamente tendo o acompanhamento da Mesa, como fez até agora com as duas Comissões. O Conselheiro Durvalino pergunta se  
311 será dado o suporte, referindo-se as Comissões, tendo como resposta pelo Presidente Zanatta que suporte, acompanhamento, tudo o  
312 que precisarem, assim como foi feito na Comissão de Finanças anteriormente e na Comissão de Fiscalização que teve um pouco mais  
313 de dificuldades para exercerem suas atividades, indagando ao Plenário em seguida se podem suprimir esse Item, podendo dar por  
314 encerrada a Pauta, a menos que algum destes queiram introduzir alguma questão, citando que prefere por conta de mobilizar mais. A  
315 Conselheira Iylórisá reporta-se ao Secretário de Saúde Moacir e diz da questão que fosse colocado em Reunião Ordinária do  
316 Conselho sobre a falta de medicamentos, principalmente aqueles que entende que seja prioridade, citando amoxicilina, dipirona,  
317 ibuprofeno, que são medicamentos básicos, que principalmente nesse período em que houve manifestação do Secretário no grupo do  
318 Conselho, que visualiza que é importante o Secretário ter condições de fazer as colocações, para que fique documentado em Ata,  
319 justificando que estão em um período de inverno, com grande volume de pessoas gripadas, fazendo pneumonia, sendo então  
320 importante o Município poder se manifestar e que este esclarecimento fique na Ata, por serem Conselheiros (as) tendo  
321 responsabilidade principalmente com Controle Social, sendo assuntos que tem que ouvir o Gestor, ouvir quem está, que os Usuários  
322 tem ido dentro dos serviços de Saúde para conseguir a medicação e não tem conseguido, falando pelo período, que estão trabalhando  
323 em uma construção, construindo esse princípio e fortalecendo a Saúde do Município, que é ouvindo ou dando a oportunidade para  
324 ouvir o outro, frisando novamente que acha importante que este se manifeste, por ser um número muito grande de pessoas procurando  
325 medicamentos básicos, que precisam falar onde estão as dificuldades, esclarecendo que o Gestor também tem dificuldades, assim  
326 como os Usuários. O Secretário Moacir comenta que a Assistência Farmacêutica como um todo, não só no Paraná, mas no Brasil,  
327 sofre escassez de insumos farmacêuticos, não raro as empresas que participam do processo licitatório declinam da oferta. Que a  
328 dipirona parece medicamento básico, mas que hoje virou artigo de luxo de tanta falta que está tendo no mercado, afirma que com  
329 muita tranquilidade que não é falta de recurso, mas que pensando ainda em complementar o recurso contemplado na cesta básica do  
330 Município, que é cinco vezes maior que o ofertado pelo Estado e pelo Governo Federal, que o repasse chega aproximadamente a  
331 R\$10 reais per capita, enquanto o repasse dos dois outros Entes é de aproximadamente R\$ 2 reais per capita para a cesta básica.  
332 Comenta que a dipirona, que da mesma forma que chegou “evaporou” porque a quantidade entregue pelo fornecedor é muito aquém  
333 do que a licitada, que agora no 2º Quadrimestre terão uma complementação de R\$250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) para o  
334 Consórcio Paraná Saúde, que é o Consórcio que contempla 398 Municípios do Estado do Paraná, só não Curitiba por ter seu modo  
335 operante próprio, que todas as licitações feitos no Estado, afetam ou beneficiam outro Estado, que quando é um medicamento  
336 contemplado por estes e que falta, poderão ter certeza que não está faltando só em Arapongas, salientando que estes tem tido  
337 algumas estratégias, citando que há dezenas de medicamentos que são contemplados pela Farmácia Popular, que são as farmácias  
338 privadas credenciadas pelo Ministério da Saúde no Município, que muitos medicamentos daqueles são fornecidos de uma forma  
339 gratuita, que então entre fazerem uma opção por comprar, investir dinheiro do Município para comprar que tem ou não na Farmácia  
340 Popular, a opção sempre será por comprar aquele que a Farmácia Popular não oferece, justificando que por mais que não tenha o  
341 medicamento na Farmácia Central, mas ter uma válvula de escape é isso que terão para agir de uma forma complementar. Cita que  
342 não adianta pegarem a “*sinvastatina*”, sendo como exemplo e a caixa desta custar R\$30 reais, só que não é fornecida de uma forma  
343 gratuita pelo Farmácia Popular, mas fornecido da forma de co - pagamento, significando que o Municípe paga 10% do valor do  
344 mercado, que então se custa R\$30 reais a “*sinvastatina*” hoje e o paciente vai na Farmácia Popular, pagará R\$3 reais, se for  
345 pertencente a uma população que está em vulnerabilidade social, ou seja Bolsa Família, a partir de junho deste ano foi zerado esse co

346 – pagamento dessa população, ressaltando que há mais de 3 mil pessoas em Arapongas que estão nessa situação, que então além de  
347 todos aqueles medicamentos que todos podem se beneficiar de uma forma gratuita, todos esses outros que são adquiridos como co -  
348 pagamento, poderão retirar de uma forma gratuita também nessas farmácias, aumentando um pouco mais o leque, destacando que  
349 entre investirem um recurso de um medicamento que não tem na Farmácia Popular, entre o que tem, é um processo que precisam  
350 trabalhar juntos e ajudar a divulgar isso de uma forma saudável para a população, afirmando novamente que sempre vão optar por  
351 aqueles medicamentos que não tem na Farmácia Popular. A Conselheira Iyálòrisá Joilda faz lembrança que é como o “anlodipino” que  
352 era retirado na UBS e agora é na Farmácia Popular. O Secretário Moacir expõe citando como exemplo novamente a “sinvastatina”, que  
353 não tem porquê o Município comprar esta, que sairá de R\$ 20 mil a R\$30 mil reais, sendo que o valor desse medicamento poderia ser  
354 usado na compra de outro, que muitas vezes acaba faltando ou para compra de anti glicêmicos, pois sabem que não é suficiente, ou  
355 para insulina IPH, insulina regular, sendo dezenas de exemplos que poderia dar, ressaltando que esperam que essa situação melhore  
356 até o final do ano, porém que é uma situação diferente do que aconteceu no ano passado que houve alguns atrasos no processo de  
357 compra, que esse ano não é isso que está acontecendo, mas que é uma coisa que tem sido monitorada diariamente, com a assistência  
358 farmacêutica destes, monitorando o Consórcio inclusive, que não foi fácil conseguirem mais R\$250 mil em um ano em que o FPM –  
359 Fundo de Participação dos Municípios caiu e o ICMS – Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços, a arrecadação caiu  
360 também, mas que conseguiram alocar, para dar essa segurança para a população, e terem R\$1.250.000,00 (um milhão e duzentos e  
361 cinquenta mil reais), além das licitações, pois o Município também faz as licitações próprias de uma forma a complementar esse  
362 recurso, que acha que o Sr. André como representante e Coordenador da Assistência Farmacêutica, que sempre quando fazem um  
363 ofício é válido para aquela semana, podendo mudar a realidade de uma semana para outra, sendo igual orçamento. Relata que até a  
364 semana passada estavam tendo uma pressão gigantesca e nessa uma das Emendas Parlamentares de custeio, a qual não havia  
365 caído nenhuma, que foi de R\$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) caiu na conta, que então respiram por mais duas  
366 semanas, esclarecendo que o recurso de custeio, diferente do recurso do Estado que é para equipamento, construção, é o que  
367 envolve o pagamento de médicos, pequenas reformas, algumas coisas de custeio do dia a dia, a compra de insumo, citando como  
368 exemplo a compra de esparadrapo, frisando ainda que chegou a faltar soro, que as vezes para uma hidratação que precisavam de um  
369 soro de 100ml, tinham que abrir um soro de 500 ml, para usar menos da metade por não terem o soro de 100 ml no mercado,  
370 comentando que o hospital pode estar passando pela mesma coisa, sendo então pontuado pela Conselheira Samanta que essa é a  
371 realidade deles, com nova afirmação do Secretário Moacir que hoje ainda estão passando, que algumas coisas que parece que  
372 antigamente não faltava, que parece que eram básicas, hoje não é, que como a demanda está muito alta estão falando da falta do  
373 dipirona, da questão de insulina, do soro, expondo que a Conselheira Renata é servidora da UPA e que vive isso no dia a dia, que não  
374 há coisa pior que estar lá e chegar uma pessoa e o médico prescrever o medicamento e o paciente não conseguir retirar, citando  
375 exemplo o analgésico que se não tem a dipirona, terá o paracetamol. A Conselheira Iyálòrisá Joilda relata que precisou da dipirona e  
376 que não pode tomar paracetamol, por uma questão de problema de fígado, sendo que uma receita estava dipirona, mas que lhe foi  
377 dado paracetamol, que se é uma pessoa que não tem leitura, teria tomado o paracetamol, afirmando que isso aconteceu na UPA, que  
378 está falando isso porque como acontece com esta, acontece com outras pessoas. Ato contínuo, o Secretário Moacir cita que estão  
379 passando por uma situação bem polêmica essa semana e que nós do Conselho Municipal de Saúde não podem se omitir, para ser um  
380 breve comentário a respeito do ocorrido na Câmara de Vereadores sobre a proposta do aumento do número de vagas na próxima  
381 legislatura, de 15 para 17 e a proposta também de aumento salarial, pelos próprios Vereadores e para estes, que então independente  
382 se está certo ou errado, se tem o orçamento ou não, que não é isso que gostaria de estar colocando, mas enquanto Conselho  
383 Municipal de Saúde, enquanto representantes da população de Arapongas, que seja pelo Segmento de Usuários, Trabalhador, Gestor  
384 ou de Prestador, que gostaria de que constasse em Ata, se concordarem, de deixarem registrado que o Conselho Municipal de Saúde  
385 é contra a qualquer medida diante do cenário econômico atual que o Setor Público está passando, sendo um período em que tiveram  
386 queda do ICMS, queda de FPM e terem propostas que oneram os cofres públicos, onde todas as reuniões estes tem discutido uma das  
387 pautas principais é o sub financiamento na própria Saúde, ao que o Presidente Zanatta questiona ao Secretário Moacir se este quer  
388 que manifestem através de ofício à Câmara, tendo como resposta para deixar em Ata para não passar batido, se depois em momento  
389 futuro quiserem pautar isso, para que todos possam se manifestar e depois se qualquer um que for pegar a Ata para verificar se o  
390 Conselho se manifestou, não precisando manifestar publicamente, mas deixarem registrado essa posição contrária, pois ou são a favor  
391 ou contrários, ao que o Presidente Zanatta opinião diferente do que o Secretário Moacir está falando, de ser contrário, deixar manifesta  
392 a sua posição em contrário a vontade da Câmara que externou o interesse em aumentar o número de cadeiras e salários e não  
393 havendo posicionamento contrário é acatado a demanda do Secretário Moacir, deixando registrado em Ata, ao que este reafirma que  
394 se futuramente quiserem debater e ter uma discussão mais ampla, como foi dito da questão de oficializar, sendo citado pelo Presidente  
395 Zanatta que podem tomar a decisão e o Conselho oficializar que o Conselho se posicionou contrário a essa carta de intenção do  
396 Legislativo. O Secretário Moacir frisa que muitos Vereadores não é que não tem acesso, mas não tem interesse em se apropriarem de  
397 algumas questões, então de deixarem registrado em Ata. A Conselheira Iyálòrisá Joilda pede para colocarem a exclamação do  
398 Secretário Moacir sobre a falta de alguns medicamentos, que deixa da orientação do médico prescrever aquilo que está disponível no  
399 Município, porque muitas vezes prescreve o que não tem e a família as vezes não tem condições de comprar, sendo pontuado pelo  
400 Presidente Zanatta que nem sempre é compatível, porque as vezes precisa ser prescrito um medicamento que não tem no Município,  
401 mas que é preciso prescrever aquilo, ao que a Conselheira Iyálòrisá Joilda comenta que foi colocado no grupo pelo Conselheiro  
402 Alecsandro que não tinha amoxicilina, mas tinha um outro antibiótico, sendo inclusive até mais eficiente, que é isso que está  
403 colocando, por ter família que disse que não teve como dar o antibiótico, sendo afirmado pelo Presidente Zanatta que deixará  
404 registrado. Desta forma, não havendo nada mais a tratar, o Presidente Zanatta agradece novamente todo os que participaram desta  
405 Plenária, dando encerramento a mesma, a qual por gravação, eu, Giziele Regina Ruiz Mendes – Secretária Executiva, junto ao  
406 Presidente e Conselheiro Eucir Antônio Zanatta, em 25 de agosto de 2023 lavramos a presente Ata.

<b>NOME</b>	<b>SEGMENTO</b>	<b>ASSINATURA</b>
Moacir Paludetto Junior – Titular – SEMUS Vice-Presidente	Gestor	
Elizabeth Fernandes Penha – Titular – SEMUS	Gestores	
Samanta Priscila Nagy – Suplente – HONPAR	Prestador	
Eucir Antônio Zanatta – Titular – SindSaúde	Trabalhador	

Renata Aparecida Candido da Silva – Titular – COREN	Trabalhador	
Salvador Carvalho dos Santos – Suplente – ONG Olho D' Água	Usuários	
Roseli Martauro Marinho – Titular – APDA	Usuários	
Gerson Pizzo – Suplente – APDA	Usuários	
Durvalino de Almeida Filho – Titular – Pastoral da Criança	Usuários	
Ìyálòrísá Joilda Pereira de Jesus – Titular – Entidade Religiosa Ilé Àse Ti Tòbi Ìyá Àfin Òsùn Alákétu	Usuários	
Maria de Fátima Greggo – Titular – UAMMA	Usuários	
Patricia Cristina – Representante da Pastoral da Criança	Observadora	

407

408